

GRACIOLLI, Edilson José. *Um caldeirão chamado CSN — resistência operária e violência militar na greve de 1988*. Uberlândia, Edufu, 1997.

## A “ERA URUTU”<sup>1</sup> E OS ANOS DOURADOS DO SINDICALISMO BRASILEIRO

Andréia Galvão  
Universidade Estadual de Campinas

A leitura do livro de Edilson José Graciolli representa, antes de mais nada, reviver um dos mais significativos e importantes movimentos grevistas da década de oitenta.

Relembrar os acontecimentos que marcaram a cidade de Volta Redonda e todo o país naquele mês de novembro de 1988 traz um misto de revolta e admiração: revolta diante da violência resultante da invasão do Exército à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), cujo saldo foi a morte de três operários; admiração pelos atos de coragem de milhares de trabalhadores, acampados por três dias no interior da usina e pelas falas de dirigentes sindicais, que revelaram enorme clareza e lucidez tanto na análise dos acontecimentos como na condução do movimento.

Para explicar as causalidades, descrever as características e apontar os resultados da greve da CSN, o autor recupera a história da Companhia, valendo-se, sobretudo, do trabalho de Morel (1989). Destaca, nesse primeiro capítulo, dois elementos essenciais para a constituição da *ideologia da família siderúrgica*<sup>2</sup>: a excessiva militarização da CSN e as várias fontes de disciplinamento às quais sua força de trabalho se encontra submetida.

A militarização é o resultado da confluência de uma série de fatores: em primeiro lugar, do contexto político no qual a empresa emerge (o Estado Novo); em segundo lugar, da localização da Companhia, próxima à área de segurança militar; em terceiro lugar, da concepção do duro trabalho ali realizado como um serviço militar, de modo a evitar a evasão de operários insatisfeitos, já que o abandono dos postos de trabalho equivalia à deserção.

O disciplinamento da força de trabalho no âmbito da vida privada, por sua vez, é decorrência do modelo de cidade que se cria em torno da firma, que passa a oferecer uma vasta gama de serviços sociais. Esse disciplinamento é reforçado em primeiro lugar pela ação da Igreja, que procura adequar um contingente operário heterogêneo étnica e culturalmente à moral burguesa e, em seguida, por medidas coercitivas (mas também clientelistas e personalistas) utilizadas na gestão da força de trabalho no interior da empresa.

Um outro elemento importante para a compreensão do tipo de relação desenvolvida entre a Companhia Siderúrgica Nacional e seus operários é a política de contenção de gastos e de aumento da produtividade, empregada desde a década de sessenta. Tais políticas foram motivadas, de um lado, pela concorrência com a Usiminas e com a Cosipa e, de outro, pelo controle de preços a que a CSN, enquanto empresa pública, estava sujeita. Resultaram na negligência por parte da empresa com a manutenção, ampliação e renovação dos equipamentos, que seria sentida mais fortemente nos anos oitenta, e no controle salarial, intensificado sob a ditadura militar.

No segundo capítulo, o autor discute a organização sindical em Volta Redonda, tendo como referência a obra de Mangabeira (1993). Para explicar a ausência de greves na CSN até 1984, Graciolli retoma os argumen-

<sup>1</sup> Expressão pela qual ficou conhecida a Nova República, em função das diversas intervenções militares em greves promovidas ao longo do governo Sarney. Cf. *Jornal do Brasil*, 11/11/1988 *apud* GRACIOLLI, 1997: 192.

<sup>2</sup> Termo forjado por Morel (1989) e utilizado pelo autor.

tos apresentados no capítulo anterior (militarização, disciplinamento da força de trabalho dentro e fora da fábrica e a *ideologia da família siderúrgica*), introduzindo novos elementos. Assim, dos anos quarenta ao final dos anos sessenta, teria sido a gestão corporativo-paternalista da empresa que “intensificou sobremaneira o efeito desorganizador e desmobilizador da estrutura sindical oficial sobre a luta dos operários na CSN” (p. 51). Entre 1968-1978, a limitação da ação sindical seria decorrente do processo de burocratização e assistencialismo que afetou o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, para não fugir a uma regra comum aos demais sindicatos nesse período. Mas embora o autor aponte “o acirramento de práticas repressivas e intervencionistas do Estado no movimento sindical” (p. 53), não aprofunda a discussão acerca do papel do regime ditatorial militar para o imobilismo que atingiu o sindicalismo brasileiro por dez anos. Faltou, portanto, deixar mais claro que o assistencialismo era a única prática que encontrava espaço no interior do *modelo ditatorial de sindicalismo de Estado*<sup>3</sup>.

Um dos fatores principais para a eclosão de greves a partir de 1984 foi a mudança no eixo da ação sindical graças à eleição do Grupo de Oposição Sindical para a diretoria, em 1983. O Grupo de Oposição Sindical emerge dentro da fábrica em 1976: “Insatisfeitos com as péssimas condições de trabalho, com os salários arrochados, com o despotismo fabril, os operários da CSN — em sua grande maioria pertencentes já à segunda geração, bem menos cativa da imagem da família siderúrgica e, por outro lado, mais próxima da consciência de pertencer ao universo de trabalhadores metalúrgicos — possuíam ainda dois outros catalisadores para iniciar uma mobilização: o fim da estabilidade no emprego, com a imposição repressiva da opção pelo FGTS e a inoperância do sindicato” (p. 67). Aqui, mais uma vez, sente-se a ausência de uma análise aprofundada da conjuntura política: embora o autor indique a coincidência entre o surgimento de algumas forças políticas em Volta Redonda e o início da crise da auto-reforma do regime ditatorial, não explora suficientemente o papel desempenhado por esse fato político para o ressurgimento do movimento sindical (em contraposição à apatia verificada no período de maior repressão).

Ainda sobre o Grupo de Oposição Sindical, um outro aspecto merece ser destacado: a aceitação da tese de Mangabeira (1993), que considera o referido grupo como a expressão do Novo Sindicalismo em Volta Redonda, apesar das especificidades dos metalúrgicos de Volta Redonda face aos metalúrgicos do ABC paulista<sup>4</sup>. Ora, segundo Rodrigues (1991), a questão das comissões de fábrica constitui justamente a principal diferença entre o grupo dos sindicalistas “autênticos” (como eram conhecidos os representantes do Novo Sindicalismo) e as oposições sindicais pois, enquanto essas “valorizavam as comissões de fábrica enquanto organizações autônomas dos trabalhadores, quer dizer, fora do controle das diretorias dos sindicatos”, aquelas entendiam que as comissões “deveriam ser subordinadas às diretorias dos respectivos sindicatos” (RODRIGUES, 1991: 29-30). Uma outra diferença é que enquanto o Novo Sindicalismo foi constituído a partir da estrutura sindical, a oposição sindical de Volta Redonda, não obstante ter optado por atuar no interior da estrutura sindical, só foi ocupar a direção do sindicato em 1983. Por esses motivos, parece-nos que a simples identificação de “áreas de confluência” do Grupo de Oposição Sindical de Volta Redonda com o ideário dos sindicalistas *autênticos*<sup>5</sup> não nos parece suficiente para promover uma identificação daquele a este, ainda que ambos os grupos tenham se aglutinado em função da criação da CUT.

No terceiro e último capítulo, o autor empreende uma análise da greve de 1988, passando pelos movimentos que a precederam. É a espinha dorsal do livro, que revela uma excelente análise processual, do *ir-sendo* e do *fazer-se* da greve<sup>6</sup>. Nesse capítulo travam-se também as mais interessantes discussões conceituais, recorrentes nos estudos sindicais de inspiração marxista: “luta econômica” *versus* “luta política”, “esponta-

<sup>3</sup> Conceito extraído de Boito Jr. (1991), também utilizado pelo autor.

<sup>4</sup> Vale dizer, a embricação entre movimento sindical e movimentos populares (já que a vinculação entre espaço urbano e espaço fabril, no caso da CSN, é um fator de aproximação dos dois) e a maior preocupação por parte da militância sindical com a criação de comissões nos locais de trabalho.

<sup>5</sup> A saber: “1) prioridade atribuída aos conflitos internos nas pautas de reivindicações; 2) questionamento da legislação corporativista; 3) busca de um novo tipo de gestão sindical e as formas de prática cotidiana de um sindicalismo que enfatizava a mobilização e a participação dos trabalhadores, em contraste com o assistencialismo e clientelismo típicos dos sindicatos burocratizados” (p. 59).

<sup>6</sup> Termos emprestados de Ricardo Antunes, na apresentação do livro.

neidade” *versus* “direção política do movimento”, “consciência contingente” *versus* “consciência necessária”<sup>7</sup>.

A greve de 1988 foi condicionada pelo arrocho salarial e pela percepção da intransigência governamental, pelo desrespeito às leis recém-aprovadas pela Constituição (a exemplo do turno de seis horas), pelas invasões do Exército nas três manifestações anteriores, pelas demissões realizadas após a greve de 1987 e pelo combate da direção da empresa à organização sindical. No entanto, a principal causa da greve teria sido o arrocho salarial, ao que o autor argumenta: “Reconhecer que o eixo da greve em questão foi econômica, não significa, absolutamente, negar a rica e tensa articulação com a dimensão política” (p. 110). Essa articulação, segundo Graciolli, se manifestaria com mais vigor na processualidade do movimento, mais precisamente a partir da invasão do Exército à siderúrgica, no terceiro dia de greve.

O recurso à força militar no combate às greves foi uma constante ao longo da Nova República, aliás, uma prática perfeitamente compatível com um governo tutelado pelos militares, onde não havia lugar para “mobilizações *fora da ordem* [constitucional]” (p. 165)<sup>8</sup>. Graciolli defende, ainda, a idéia de que a reação do governo era fruto da fragilidade das classes dominantes em impor sua hegemonia. O eixo explicativo para o caráter explosivo da greve seria, portanto, a combinação entre uma resistência operária de “intenso significado político” (p. 12) e a truculência perpetrada pelo Exército. Mas essa prática não foi também comum a outras greves, menos expressivas e significativas? Mais do que uma reação do governo face a um movimento de “intenso significado político”, a violência oficial não seria decorrente do fato de que qualquer greve, naquela conjuntura, era considerada uma ameaça à ordem vigente, na medida em que sempre se falava na possibilidade de volta ao passado militar? Mais do que uma reação governamental inusitada, o diferencial dessa greve (e daí a maior intensidade da repressão) não teria sido justamente a maior disposição operária em resistir?

Antes de avançar em nossas considerações é preciso qualificar o que se entende por “significado político”. Se se considera luta política como somente aquela capaz de provocar uma ruptura do ordenamento social e político global, dificilmente se atribuirá uma dimensão política à greve da CSN: não era uma greve contra a ordem capitalista posto que não visava o aprofundamento das contradições do capitalismo, nem defendia o controle social da produção; tampouco era uma greve contra a ordem constitucional, posto que não comportava um projeto político alternativo à Nova República, ainda que nos limites da sociedade capitalista<sup>9</sup>. Tratava-se de uma greve centralmente econômica, cujo alvo foi a política salarial do governo<sup>10</sup>. No entanto, não se pode negar que a greve se confrontou com o aparelho de Estado (mais precisamente, com um ramo do aparelho repressivo de Estado) adquirindo inegável significado político. O grande mérito do estudo em questão é justamente mostrar como uma luta econômica pode adquirir significação política ao longo das disputas e dos embates entre as forças sociais. Ou seja, mostra como a invasão do Exército e a resistência operária foram alterando os rumos da greve, resultando em importantes conquistas políticas.

Em primeiro lugar, a greve da CSN culminou no pagamento de indenização às famílias dos operários assassinados, o que, implicitamente, significa que o governo reconheceu sua responsabilidade naquelas mortes. Além disso, o governo aceitou a condição imposta pelos operários para o retorno ao trabalho,

<sup>7</sup> Os dois últimos conceitos encontram-se em Mészáros (1973). A discussão conceitual reconstitui e incorpora ainda teses dos mais importantes autores marxistas como: Gramsci, Lênin, Lukács, Luxemburgo e Heller.

<sup>8</sup> Nesse sentido, fica difícil comprovar a hipótese de que a violência empregada pelos militares teria sido uma tentativa de conter a vitória das candidaturas de esquerda nas eleições municipais de 1988 (cf. sustentado nas p. 157; pp. 166-169), já que se tratava de uma prática recorrente ao longo do governo Sarney.

<sup>9</sup> A greve na CSN pode, como afirma Graciolli (p. 168), ter impulsionado a vitória de candidatos de esquerda nas eleições de 1988 — inclusive, na própria cidade de Volta Redonda, onde se elegeu o ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos — mas não se pode, a partir daí, inferir que se tratasse de um *projeto de classe*. Nesse sentido, parece-nos que o autor superestima o significado político do movimento.

<sup>10</sup> O autor afirma que, no Brasil, qualquer greve econômica é também política, mas não explica o porquê. O texto ficaria mais claro se discutisse os vários sentidos em que o termo *político* pode ser utilizado e se aprofundasse as relações entre luta política e econômica, para afastar qualquer sombra de economicismo ou politicismo. Caso contrário, qualquer greve pode ser considerada uma luta política, na medida em que se contrapõe aos interesses da burguesia e/ou à política salarial do governo.

retirando as tropas da siderúrgica antes do fim da greve. Dessa maneira, e de acordo com o próprio autor, a greve pode ser considerada politicamente vitoriosa, posto que teria contribuído para desnudar as contradições capitalistas, assim como o caráter autocrático da Nova República<sup>11</sup>.

Em segundo lugar, a greve se expandiu para além da categoria metalúrgica, alcançando repercussão nacional. Graciolli destaca a importância do engajamento da população de Volta Redonda nas manifestações ao redor da fábrica e do apoio e solidariedade dispensados ao movimento. No entanto, nota a ausência de apoio efetivo por parte da CUT, central à qual o Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda era filiado. Essa ausência poderia ser explicada, por um lado, pela dificuldade das lideranças sindicais em organizar e mobilizar suas bases em torno de reivindicações que, de imediato, não lhe dizem respeito (dificuldade essa agravada pelo caráter corporativo da estrutura sindical, vale dizer, pela divisão da classe trabalhadora em categorias profissionais distintas); por outro lado, pela frágil consciência de classe que permeia os trabalhadores brasileiros, ainda que suas lideranças mais progressistas adotem discursos classistas.

Uma greve com tais impactos e resultados certamente representou um avanço qualitativo no plano da consciência operária. Segundo o autor, os discursos das lideranças sindicais indicam um “esforço por fazer avançar a consciência operária, com vistas ao desmascaramento da natureza de classe e das reais funções do Estado brasileiro, bem como a afirmação de que a greve se inseria na luta de classes” (p. 149). Mas em que plano da consciência se deu esse avanço? Do *em si* ou do *para si*, da consciência contingente ou necessária? Graciolli não se detém nessa questão no que se refere à base sindical, embora o faça em relação à liderança. Ao analisar o discurso de um dirigente sindical<sup>12</sup> afirma: “Dizer *não ao poder dos patrões e sim ao poder dos trabalhadores* supõe uma superação da consciência contingente, no sentido da consciência necessária” (p. 149, grifos do original). Mas embora manifeste uma consciência necessária no plano do discurso, essa liderança sindical conduziu uma ação coletiva limitada a um grupo restrito de trabalhadores e não buscou articular os interesses metalúrgicos com interesses mais gerais da classe trabalhadora. Assim, da mesma maneira que os demais sindicatos filiados à CUT mostraram-se tímidos no apoio à greve da CSN, pode-se supor que o inverso também seria verdadeiro, ou seja, que os metalúrgicos de Volta Redonda teriam dificuldades em apoiar qualquer outro movimento que ultrapassasse os limites de sua categoria legal. Essas dificuldades podem advir tanto do descompasso entre a consciência da base e das lideranças, quanto das limitações da própria liderança em transcender seu discurso em direção à prática. Considerando-se que a consciência está sujeita a avanços e retrocessos, pode-se questionar a perenidade da consciência necessária para além do contexto inflamado da greve.

Ao mesmo tempo em que permitiu à base aprofundar sua percepção acerca das contradições do capital, a presença de uma direção política conferiu um caráter organizado ao movimento grevista. Mas, por outro lado, os trabalhadores da Companhia vinham se organizando autonomamente desde a greve de 1987, quando muitos líderes sindicais foram demitidos, o que gera alguma confusão acerca da organização ou espontaneidade do movimento. Segundo o autor, a greve de 1988 foi resultado de uma prática sindical que remonta ao início da década: a organização de comissões de fábrica. Com a repressão às lideranças, a organização de base “deu sequência ao trabalho de informação e mobilização dos trabalhadores”, canalizando sua rebeldia “para um movimento planejado previamente e deliberado com muita estratégia” (p. 118). Portanto, elementos conscientes e espontâneos parecem ter se combinado: se o caráter espontâneo destaca-se mais quando da deflagração do movimento (já que a direção do Sindicato não tinha noção precisa do nível de organização interna de empresa, porque estava afastada da mesma), a direção política do mesmo evidencia-se nos momentos críticos, como na desocupação da usina e no término da paralisação.

Nesse ponto, nota-se a ausência de uma análise mais ampla sobre a organização interna do sindicato, sobre a posição e a relação conflituosa entre suas correntes e, especialmente, sobre o papel de sua liderança

---

<sup>11</sup> No âmbito econômico, a greve resultou na definição de um prazo de noventa dias para a implantação do turno de seis horas, na reintegração de cento e dezessete operários demitidos em greves anteriores, na incorporação da URP de julho de 1988 e em abono e reajuste salarial (p. 151).

<sup>12</sup> “[Faremos greve] até que os brasileiros em conjunto, metalúrgicos de Volta Redonda e do Brasil inteiro, junto com todas as categorias, digam *não ao poder dos patrões e sim ao poder dos trabalhadores* [...]. Nós temos que vislumbrar, nós temos que almejar, nós temos que desejar é o poder, companheiros” (p. 147, grifos do original).

mais expressiva, Juarez Antunes. A ação sindical parece oscilar entre a direção carismática e personalista de Juarez e o trabalho de organização e mobilização das bases, como o próprio autor indica, valendo-se novamente do trabalho de Mangabeira (1993). O texto ganharia muito se aprofundasse a discussão sobre essa dicotomia, já que a própria greve de 1988 parece ser fruto da interação entre essas duas formas de ação.

As considerações feitas acima em nada obscurecem o trabalho analisado. Pelo contrário, é justamente o caráter instigante do texto que nos move a ensaiar algumas provocações. Seus méritos são muitos: analisa e discute as causas, a processualidade e os resultados de um movimento grevista bem-sucedido, valendo-se de conceitos e categorias marxistas; apresenta um consistente trabalho de campo e demonstra habilidade na interpretação dos dados; constrói um texto claro, mesclando aspectos teóricos, analíticos e factuais; por fim, resgata a memória de uma greve violentamente reprimida. Acima de tudo, o livro retrata um tipo de experiência cada vez mais distante do cotidiano sindical brasileiro: um movimento combativo, com repercussões políticas e ganhos de consciência, conduzido por uma liderança comprometida com os interesses de sua base. Uma raridade, nesses tempos tão adversos ao movimento sindical.

*Recebido para publicação em março de 1998.*

Andréia Galvão (agalvao@eco.unicamp.br) é bolsista do CNPq, vinculada ao Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT-UNICAMP), Mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e doutoranda em Ciências Sociais pela mesma universidade.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOITO Jr., A.** (1991). *O sindicalismo de Estado no Brasil — uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas/São Paulo, Ed. da UNICAMP/Hucitec.
- MANGABEIRA, W.** (1993). *Dilemas do Novo Sindicalismo — democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ANPOCS.
- MÉSZÁROS, I.** (1973). “Consciencia de clase contingente y necesaria”. In: *Aspectos de la historia y la consciencia de clase*. México, UNAM.
- MOREL, R.** (1989). *A ferro e fogo — construção e crise da família siderúrgica: o caso de Volta Redonda (1941-1968)*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP.
- RODRIGUES, L. M.** (1991). “As tendências políticas na formação das centrais sindicais”. In: BOITO Jr., A. (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

\* \* \*

